

GT 11 – Informação & Saúde

PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: OS DESAFIOS E FACILITADORES NO ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO ENTRE AFILIADOS DA ASSOCIAÇÃO BAIANA DE DEFICIENTES FÍSICOS – BAHIA

INFORMATIONAL PRACTICES OF PEOPLE WITH PHYSICAL DISABILITIES: THE CHALLENGES AND FACILITATORS IN ACCESSING AND USING INFORMATION AMONG MEMBERS OF THE BAHIA ASSOCIATION OF PHYSICALLY DISABLED PEOPLE – BAHIA

Joanice Nascimento Santos – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
José Carlos Sales dos Santos – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A informação é essencial para a construção do conhecimento e da cidadania, mas pessoas com deficiência física enfrentam barreiras que limitam seu acesso, prejudicando sua inclusão social. Este estudo analisa as práticas informacionais desse grupo, destacando desafios e estratégias para superá-los, com foco nos membros da Associação Baiana de Deficientes Físicos. O objetivo da pesquisa é averiguar como as práticas informacionais implicam na autonomia e participação social dos membros da Associação Baiana de Pessoas com Deficiência Física (ABADEF). Utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com método indutivo e estudo de caso. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados formulários para coletar dados junto aos associados da Associação Baiana de Deficientes Físicos. A análise interpretativa buscou compreender as dinâmicas de mediação e acessibilidade no contexto informacional. Os resultados parciais indicam que o acesso à informação é frequentemente mediado por terceiros (familiares, cuidadores), limitando a autonomia. Barreiras digitais, como incompatibilidade com tecnologias assistivas, também foram destacadas. Estratégias alternativas, como uso de redes sociais e conteúdos audiovisuais adaptados, emergiram como soluções criativas. Apesar dos avanços legais, como a Lei Brasileira de Inclusão, a efetivação do direito à informação exige infraestrutura acessível e políticas intersetoriais. O estudo reforça a necessidade de incluir as pessoas com deficiência no desenho de serviços informacionais, promovendo autonomia e equidade.

Palavras-chave: práticas informacionais; pessoas com deficiência física; inclusão social.

Abstract: Information is essential for the construction of knowledge and citizenship, but people with physical disabilities face barriers that limit their access, hindering their social inclusion. This study analyzes the informational practices of this group, highlighting challenges and strategies to overcome them, with a focus on members of the Bahia Association of People with Physical Disabilities. This research investigates how information practices affect the autonomy and social participation of members of the Bahian Association of People with Physical Disabilities (ABADEF). A qualitative and quantitative approach was used, with an inductive method and a case study. Semi-structured interviews were conducted, and forms were applied to collect data from members of the Bahia Association of People with Physical Disabilities. The interpretive analysis sought to understand the dynamics of mediation and accessibility within the informational context. Partial results indicate that

access to information is often mediated by third parties (family members, caregivers), limiting autonomy. Digital barriers, such as incompatibility with assistive technologies, were also highlighted. Alternative strategies, such as the use of social networks and adapted audiovisual content, emerged as creative solutions. Despite legal advances, such as the Brazilian Inclusion Law, the realization of the right to information requires accessible infrastructure and cross-sectoral policies. The study reinforces the need to include people with disabilities in the design of informational services, promoting autonomy and equity.

Keywords: information practices; physically disabled people; social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A informação desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento, na tomada de decisões e na participação social dos indivíduos. No entanto, o acesso equitativo à informação ainda é um desafio para diversos grupos da sociedade, especialmente para as pessoas com deficiência física. Essas barreiras informacionais podem impactar na inclusão educacional, na participação, no mercado de trabalho, como também no acesso a serviços essenciais e a autonomia na vida cotidiana.

As práticas informacionais se referem às estratégias e hábitos utilizados pelos indivíduos para buscar, acessar, interpretar, compartilhar e utilizar a informação. No caso das pessoas com deficiência física, essas práticas são influenciadas por diversos fatores, como a presença ou ausência de acessibilidade nos meios informacionais, a disponibilidade de tecnologia assistiva, a mediação de terceiros e o nível de inclusão nas esferas sociais e institucionais. Nesta pesquisa, destaca-se que compreender essas práticas é essencial para o desenvolvimento de políticas e serviços informacionais mais acessíveis e eficientes nas unidades de informação, promovendo uma participação social mais ativa e autônoma, possibilitando a ampliação da relevância científica, social e institucional da temática.

A falta de acessibilidade nos ambientes informacionais pode se manifestar de diversas maneiras. Nos espaços físicos, como bibliotecas e centros de informação, por exemplo, a ausência de adaptações arquitetônicas, mobiliário inadequado e sinalização deficiente podem limitar o acesso às fontes de informação. No ambiente digital, desafios como a falta de compatibilidade com leitores de tela, interfaces de difícil navegação e a indisponibilidade de conteúdos em formatos acessíveis (áudio, texto ampliado, legendas e audiodescrição) restringem a autonomia dos usuários com deficiência física. Além disso, barreiras atitudinais e institucionais ainda persistem, tornando o processo de busca e uso da informação mais complexo para esse público.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

No campo educacional, por exemplo, estudantes com deficiência física enfrentam dificuldades relacionadas à adaptação de materiais didáticos, à acessibilidade de plataformas de ensino a distância e à falta de capacitação dos profissionais da informação para atender às suas necessidades específicas. Por outro lado, no ambiente profissional, a escassez de tecnologias acessíveis e a ausência de políticas organizacionais inclusivas podem dificultar o acesso às informações necessárias para o desempenho das atividades laborais. Já no contexto da vida cotidiana, o acesso a serviços públicos, informações sobre saúde, mobilidade urbana e direitos ainda é marcado por barreiras significativas.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo averiguar como as práticas informacionais implicam na autonomia e participação social dos membros da Associação Baiana de Pessoas com Deficiência Física (ABADEF).

A metodologia delineada fundamenta-se no estudo de caso monográfico, conduzido sob a perspectiva da pesquisa descritiva. Para a coleta de dados, serão empregadas entrevistas semiestruturadas e formulários, instrumentos que possibilitarão a obtenção de informações acerca das percepções, opiniões e atitudes dos associados da ABADEF.

Do ponto de vista acadêmico e científico, este estudo se justifica pela escassez de pesquisas que abordem as práticas informacionais específicas das pessoas com deficiência física. A maior parte dos estudos sobre acessibilidade informacional concentra-se em deficiências sensoriais (como deficiência visual ou auditiva), deixando de lado as particularidades das barreiras enfrentadas por pessoas com mobilidade reduzida. Esse grupo pode enfrentar dificuldades no acesso a recursos físicos, como a disposição do mobiliário em bibliotecas e a falta de transportes acessíveis para chegar a espaços informacionais, além de desafios no uso de tecnologias que exigem determinadas habilidades motoras. Portanto, compreender como essas pessoas buscam, acessam e utilizam a informação é fundamental para preencher essa lacuna no campo da Ciência da Informação.

Outro fator que reforça a importância desta pesquisa é o avanço da tecnologia assistiva, que tem transformado as possibilidades de acesso à informação para pessoas com deficiência física. Softwares de reconhecimento de voz, teclados virtuais, dispositivos de controle ocular e assistentes virtuais são algumas das soluções que vêm sendo desenvolvidas para tornar o ambiente digital mais acessível. Analisar como essas ferramentas são utilizadas e quais desafios ainda persistem pode contribuir para aprimorar o desenvolvimento de novas soluções e incentivar sua implementação em larga escala.

Além das questões estruturais e tecnológicas, também é necessário considerar as barreiras atitudinais e sociais que impactam nas práticas informacionais das pessoas com deficiência física. Muitas vezes, a sociedade enxerga esse grupo de forma assistencialista, subestimando a sua capacidade de buscar e utilizar informações de forma independente. Esse estigma pode gerar resistência por parte de profissionais da informação, educadores e até mesmo familiares, que acabam exercendo um papel de mediação excessiva, limitando a autonomia dessas pessoas. Portanto, ao investigar como as pessoas com deficiência física desenvolvem suas práticas informacionais, a pesquisa pode ajudar a desconstruir esses estereótipos e a promover uma cultura de maior inclusão e respeito à autonomia.

Considerando o exposto, este estudo justifica-se por sua relevância social, acadêmica e tecnológica ao possibilitar traçar contribuições para o aprimoramento das políticas públicas, para o desenvolvimento de práticas mais acessíveis junto aos serviços informacionais e para o fortalecimento do debate sobre inclusão digital e informacional. Ao apresentar um panorama sobre as práticas informacionais das pessoas com deficiência física, identificando desafios e propondo soluções, espera-se que esta pesquisa colabore para a construção de ambientes informacionais mais justos e inclusivos, garantindo a todos igualdade de acesso e de oportunidades.

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Práticas informacionais surgiram de uma mudança de paradigma da Ciência da Informação de uma evolução no que se diz respeito aos estudos dos usuários. Desta forma, as práticas informacionais são compreendidas como atividades sociais e culturais relacionadas ao uso da informação. Diferentemente de abordagens que focam apenas em comportamentos individuais, essa perspectiva considera a dimensão coletiva das interações com a informação (Lloyd, 2010).

Ainda segundo Lloyd (2010) as práticas informacionais estão ligadas à aquisição de competências informacionais em ambientes específicos, como locais de trabalho, comunidades de aprendizado e espaços digitais. Essa abordagem destaca a importância de considerar os aspectos sociais e culturais que influenciam o acesso e uso da informação.

Para Savolainen (2008 *apud* Araújo, 2020, p. 53) “as práticas são um conjunto de maneiras social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em várias fontes, como televisão, jornais e a Internet”. Essas

características podem contribuir para que a informação alcance amplamente a todas as pessoas possibilitando avanços nas dimensões: cultural, social e ou economicamente na sociedade.

As práticas informacionais estão intimamente associadas aos conceitos de estudo atinentes ao comportamento informacional humano; o estudo de usuários fornece dados sobre quem são os usuários e quais são as suas necessidades. O comportamento informacional explica como os usuários interagem com a informação em diferentes contextos. As práticas informacionais representam as ações concretas que resultam dessas interações. Juntos, elas formam a base para o desenvolvimento de sistemas e serviços informacionais que sejam eficazes, eficientes e centrados no usuário.

Além disso, o estudo de usuários, o comportamento informacional e as práticas informacionais são pilares fundamentais para a Ciência da Informação e áreas afins. Eles permitem uma compreensão profunda de como as pessoas interagem com a informação, oferecendo subsídios para a criação de soluções que atendam às suas necessidades. Em um cenário de rápidas transformações tecnológicas e sociais, esses conceitos continuam a evoluir, exigindo abordagens interdisciplinares e adaptativas.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E INFORMAÇÃO

Na sociedade contemporânea, incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. Desse modo, inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, a inclusão social e informacional das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público.

Pessoas com deficiência física enfrentam diversos desafios no que diz respeito ao acesso à informação, um direito essencial para a inclusão, participação social e exercício pleno da cidadania. O acesso à informação para esse grupo não se limita ao conteúdo digital, mas inclui a acessibilidade física aos espaços onde a informação é produzida, armazenada ou disseminada, como bibliotecas, centros de saúde, escolas e repartições públicas.

Barreiras arquitetônicas, como a ausência de rampas, elevadores e banheiros adaptados, muitas vezes impedem o acesso a determinados espaços informacionais pelas pessoas com deficiência (Brasil, 2015). Além disso, mesmo em ambientes digitais, ainda

existem plataformas que não consideram as limitações motoras de seus usuários, dificultando a navegação por teclado ou mouse e limitando a autonomia da pessoa com deficiência física.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o acesso à informação deve ser garantido de forma ampla e irrestrita, com a adoção de meios, tecnologias e formatos acessíveis, inclusive nos ambientes virtuais. O artigo 63 da LBI determina que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência o acesso à informação e à comunicação em condições de igualdade com os demais cidadãos (Brasil, 2015).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2009), com *status* constitucional no Brasil, reforça que a acessibilidade é um direito básico e condição para o gozo de outros direitos humanos. Isso inclui o acesso a conteúdos informativos e educacionais que respeitem as necessidades das pessoas com deficiência físicas, bem como a capacitação de profissionais da informação para lidar com esse público de forma ética e inclusiva (ONU, 2009), todavia “[...] a invisibilização das pessoas com deficiência - e, por consequência, do debate sobre a acessibilidade [...] - começa no próprio diálogo sobre grupos minorizados, e que se constitui como um dos espaços mais profícuos para a emergência destas discussões” (Wobeto; Borelli, 2025, p. 2). A autora destaca que uma das formas de silenciamento está refletida no ainda incipiente debate sobre o tema. Desse modo, quando a temática da deficiência é abordada, ocorre uma desconsideração ou invisibilização das perspectivas das próprias pessoas com deficiência.

É imprescindível destacar que o acesso à informação para pessoas com deficiências físicas deve ser pensado não apenas como questão técnica, mas como uma questão de justiça social. Para tanto, é necessário o investimento em tecnologias assistivas, adequação física dos espaços, inclusão digital com usabilidade acessível e políticas públicas intersetoriais

3.1 Práticas informacionais e pessoas com deficiência física

As práticas informacionais referem-se às formas como os indivíduos interagem com a informação no cotidiano: como buscam, acessam, utilizam e compartilham conteúdos relevantes às suas necessidades. No caso das pessoas com deficiência física, essas práticas são fortemente influenciadas pelas barreiras enfrentadas, tanto no meio físico quanto no digital, afetando a autonomia informacional e a participação social.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Pessoas com deficiência física lidam com desafios específicos que impactam nos seus comportamentos informacionais. A limitação de mobilidade pode restringir o acesso a espaços físicos onde circula a informação (como bibliotecas, centros de saúde e instituições de ensino), exigindo a adaptação de rotinas de busca informacional e o uso intensivo de tecnologias assistivas e dispositivos móveis.

Destarte, no caso particular do cidadão com deficiência, o acesso às unidades de informação – quer seja o acesso físico, quer seja o acesso digital às informações disponibilizadas nos portais eletrônicos, nos sistemas de banco de dados e nos repositórios – ainda apresenta sérios entraves. E, apesar da existência de legislação e normativas no país, a literatura e a prática diária indicam que a falta de acessibilidade prepondera nesse contexto, fazendo com que persistam ainda muitos desafios. O mundo virtual se apresenta, de fato, como uma grande porta aberta para essas pessoas. Entretanto para que essa realidade se amplie, há que se efetivar algumas recomendações e/ou diretrizes de acessibilidade para tornar o conteúdo da web acessível a todos (Hott, 2025, p.23).

No campo da Ciência da Informação— por exemplo, a acessibilidade e os seus impactos para políticas de bibliotecas, arquivos, museus e serviços de informação é debate que necessita de fortalecimento, pois a oferta do acesso à informação, sem a delimitação de políticas específicas, não é garantia para a inclusão das pessoas com deficiência.

Além disso, fatores sociais e culturais também afetam essas práticas. Muitas vezes, há dependência de redes de apoio, como familiares, cuidadores ou profissionais da saúde, para mediar o acesso à informação, o que pode limitar a privacidade e a autonomia da pessoa com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) assegura que todos os espaços – físicos e digitais – devem garantir a acessibilidade à informação. No entanto, estudos indicam que grande parte das bibliotecas, portais governamentais, instituições e centros de informações ainda não estão plenamente adaptados para atender às demandas das pessoas com deficiências físicas, prejudicando suas práticas informacionais, conforme podemos observar abaixo:

Embora existam opções para acervo e softwares especializados, além dos equipamentos e recursos de Tecnologia Assistiva presentes em grande parte dos arquivos, bibliotecas e museus na atualidade, ele ainda enfrenta um ambiente nem sempre favorável. O atendimento em si pode ser a primeira barreira a ser enfrentada, pois algumas deficiências exigem mais do que recursos ou tecnologia, como uma comunicação ou organização diferenciada (Wellichan; Manzini, 2021).

Nesse contexto, compreender as práticas informacionais de pessoas com deficiência física é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas, produtos e serviços de

informação que sejam verdadeiramente inclusivos. Isso envolve a promoção da acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional e tecnológica, assim como a escuta ativa das experiências vivenciadas por essas pessoas nos seus processos de busca e uso da informação.

A partir das discussões empreendidas no referencial teórico, relacionadas a práticas informacionais orientadas a pessoas com deficiência e da determinação do objetivo geral da presente investigação, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, como: o método de abordagem indutivo e procedimento monográfico (estudo de caso ilustrado) engendrado na ABADEF, nível da pesquisa descritivo – que está em consonância com o objetivo proposto, assim como as técnicas e instrumentos adequados à amostra da pesquisa.

4 METODOLOGIA DO ESTUDO

O presente estudo integra uma pesquisa de mestrado em andamento, que adotará o método indutivo, visando averiguar como as práticas informacionais implicam na autonomia e participação social dos membros da Associação Baiana de Pessoas com Deficiência Física (ABADEF). Conforme Lakatos e Marconi (2021), a indução constitui um processo mental que, a partir de dados particulares, permite inferir uma verdade de caráter geral. Tal abordagem é pertinente, visto que busca compreender como essas práticas contribuem para a autonomia e a participação social dos sujeitos investigados.

Quanto ao método de procedimento, será adotado o estudo de caso, de caráter monográfico. Segundo Chizzotti (2018), esse tipo de investigação visa a uma análise aprofundada de uma ou mais situações específicas, permitindo compreender seus elementos particulares, seu contexto e possíveis impactos. Trata-se de uma abordagem apropriada à pesquisa qualitativa, na medida em que possibilita uma visão detalhada do fenômeno observado. Yin (2015) ressalta que o estudo de caso é especialmente adequado a pesquisas que buscam responder questões do tipo “como” e “por que”, em contextos nos quais o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos e o fenômeno ocorre em ambiente real. O estudo proposto se insere nesse escopo, pois investiga um fenômeno contemporâneo — o acesso à informação por pessoas com deficiência física — em seu contexto social e institucional.

O nível da pesquisa será descritivo, pois pretende identificar, caracterizar e compreender os elementos presentes nas práticas informacionais da população-alvo. Para Gil

(2019), a pesquisa descritiva visa detalhar características de determinados grupos ou fenômenos, buscando relações entre variáveis por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto às técnicas de coleta de dados, serão utilizados dois instrumentos: entrevistas semiestruturadas e formulários. A escolha desses métodos se deve à capacidade de captar tanto dados objetivos quanto percepções, opiniões e atitudes dos participantes. A entrevista semiestruturada, conforme Gil (2019) consiste em uma conversa orientada por pautas, que garante ao entrevistado liberdade para expressar-se, enquanto o pesquisador conduz sutilmente o diálogo para cobrir os pontos relevantes ao estudo. Essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas sociais devido à sua flexibilidade e profundidade analítica. Acrescenta-se que o projeto de pesquisa será submetido à apreciação ética do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O cadastro Junto a Plataforma Brasil se encontra em andamento.

Por sua vez, o formulário será utilizado de maneira presencial, permitindo ao pesquisador captar nuances não previstas nas perguntas, bem como auxiliar na compreensão de itens eventualmente complexos. Segundo Marconi e Lakatos (2021), o formulário é uma ferramenta essencial na investigação social, sendo particularmente útil quando se deseja coletar dados diretamente do entrevistado, com controle de qualidade e padronização.

A triangulação de dados, por meio da combinação dessas técnicas, permitirá ao estudo alcançar maior profundidade e confiabilidade nos resultados, contribuindo para uma análise crítica de como as práticas informacionais implicam na autonomia e participação social dos membros da Associação Baiana de Pessoas com Deficiência Física (ABADEF).

4.1 Resultados parciais

Nesta pesquisa em andamento reafirma-se a relevância da temática para o campo da Ciência da Informação pela sua importância como possibilidade de contribuição para o aprimoramento da promoção do acesso mais equitativo à informação. Desse modo, as informações preliminares da pesquisa indicam que as práticas informacionais de pessoas com deficiência física estão profundamente marcadas por dinâmicas de mediação — seja por familiares, cuidadores ou profissionais — o que evidencia a persistência de uma dependência estrutural no acesso à informação. Observou-se, preliminarmente, também que a acessibilidade digital ainda é um desafio significativo: muitos dos participantes relataram dificuldades em utilizar sites institucionais, serviços públicos online e plataformas de educação

a distância devido à reduzida compatibilidade com as tecnologias assistivas. Os resultados preliminares revelam que, embora o direito à informação esteja formalmente assegurado por instrumentos legais, sua efetivação depende de uma infraestrutura informacional inclusiva e responsiva às necessidades específicas dessa população.

O segundo resultado parcial relevante, oriundo da sondagem realizada na Associação, constitui na identificação de estratégias alternativas adotadas por alguns participantes para mitigar os obstáculos informacionais, como o uso intensivo de redes sociais para troca de experiências e informações, a procura por conteúdos em formatos audiovisuais adaptáveis e a valorização de espaços comunitários acessíveis. As citadas iniciativas revelam um potencial de autonomia e criatividade nas práticas informacionais, apesar das limitações impostas pelo contexto. Além disso, destaca-se a importância das redes de apoio institucional e afetivo no estímulo à procura, recuperação, seleção e uso da informação. Essas observações sugerem que políticas públicas e projetos de inclusão informacional devem considerar não apenas os aspectos técnicos da acessibilidade, mas também as dimensões sociais, culturais e subjetivas que permeiam a relação entre deficiência e informação.

5 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

A Associação Baiana de Deficientes Físicos (ABADEF-BA) foi escolhida como local da pesquisa por se tratar de uma instituição de referência na defesa dos direitos, na promoção da cidadania e no fortalecimento da inclusão social das pessoas com deficiência física no estado da Bahia. Sua atuação abrange não apenas o apoio direto aos associados, mas também a articulação com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e redes de serviços voltadas à acessibilidade e inclusão.

Além disso, a Associação congrega um público diversificado, composto por indivíduos com diferentes perfis socioeconômicos, níveis de escolaridade e experiências no acesso e uso da informação, o que possibilita uma visão mais abrangente e representativa das práticas informacionais desse grupo social. Essa diversidade é essencial para compreender como as práticas informacionais implicam na autonomia e na participação social dos membros da Associação Baiana de Pessoas com Deficiência Física (ABADEF).

Outro fator relevante é a credibilidade e a legitimidade da ABADEF-BA junto à comunidade de pessoas com deficiência física, o que favorece a aproximação com os participantes e aumenta a confiabilidade dos dados coletados. Dessa forma, a escolha da

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Instituição citada assegura não apenas a viabilidade logística e metodológica da pesquisa, mas também sua pertinência social, acadêmica e prática.

A ABADEF-BA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, apartidária e desvinculada de qualquer credo religioso, fundada em 02 de setembro de 1980. Sua missão central consiste em promover a inclusão social das pessoas com deficiência física e assegurar a defesa de seus direitos, consolidando-se como um agente relevante na luta por cidadania, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, tanto no Estado da Bahia, quanto no cenário nacional.

Os valores institucionais que norteiam suas ações incluem o respeito à diversidade, a busca contínua pela excelência, a inovação como instrumento de desenvolvimento, a defesa incondicional da dignidade humana e o comprometimento integral com a causa das pessoas com deficiência.

As finalidades da ABADEF abrangem a promoção da emancipação social das pessoas com deficiência, a defesa do direito à cidadania, a busca pela ampliação das oportunidades de acesso à saúde, à informação, à educação e ao lazer, a participação ativa na elaboração de legislações específicas e o estímulo à inserção no mercado de trabalho. A Instituição desenvolve ações assistenciais, informacionais, educacionais, culturais e esportivas, voltadas tanto para as pessoas com deficiência física, quanto para seus familiares, visando ao desenvolvimento harmônico e à efetiva inclusão social.

Entre seus objetivos estatutários destacam-se: a orientação de pessoas com deficiência física e de seus familiares; a oferta de serviços voltados à saúde integral; o incentivo à capacitação profissional e à inserção no mercado de trabalho; o apoio a atividades esportivas adaptadas e a práticas culturais; a proposição de políticas públicas relacionadas à acessibilidade e à melhoria da qualidade de vida; a conscientização da sociedade contra a discriminação; a promoção de ações jurídicas em defesa dos direitos da população com deficiência; o intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais; o desenvolvimento de projetos para diferentes faixas etárias; e a oferta de assistência social gratuita aos associados.

A composição associativa é ilimitada e organizada nas seguintes categorias: fundadores, efetivos, atletas, inscritos, honorários e beneméritos. Os sócios efetivos correspondem a pessoas com deficiência física, com idade mínima de 12 anos, que contribuem mensalmente para a manutenção da Associação. Os atletas são aqueles que

praticam modalidades paradesportivas de alto rendimento. Os inscritos englobam pessoas com deficiência física que se disponham a cumprir as determinações estatutárias. Já os sócios honorários e beneméritos incluem pessoas físicas ou jurídicas que prestam serviços relevantes à causa.

A ABADEF mantém uma gestão participativa, envolvendo seus membros no planejamento, monitoramento, avaliação de propostas e tomada de decisões em assembleias gerais. A entidade estimula a autonomia e o protagonismo dos familiares dos usuários, reconhecendo seu papel essencial no combate ao capacitismo estrutural e na promoção da cidadania.

A divulgação de seus serviços e dos direitos das pessoas com deficiência é realizada por meio de comunicação local e regional, redes sociais, palestras e materiais impressos. Associados e familiares atuam como multiplicadores espontâneos dessas ações, ampliando o alcance das iniciativas. A assessoria jurídica, prestada por advogados voluntários, contribui para o acesso efetivo aos direitos sociais.

5.1 Amostra

Atualmente, a associação possui aproximadamente 4.800 associados, dos quais cerca de 250 são ativos, participando da maioria das atividades promovidas pela Instituição. Dentre estes, aproximadamente 60 participam regularmente das reuniões mensais.

A pesquisa será desenvolvida como um estudo de caso, com o objetivo de averiguar como as práticas informacionais implicam na autonomia e na participação social dos membros da Associação Baiana de Pessoas com Deficiência Física (ABADEF), visando contribuir para a formulação de políticas informacionais mais inclusivas.

Para a definição da amostra, optou-se por realizar o levantamento junto aos associados ativos, que totalizam 250 pessoas. Considerando o objetivo da pesquisa, bem como a necessidade de otimizar o tempo e garantir representatividade, utilizou-se o cálculo amostral com nível de confiança de 95% e margem de erro aproximada de 10%, o que resulta em uma amostra mínima de 50 participantes. Esse número corresponde a cerca de 20% dos associados ativos, permitindo abranger diferentes perfis e tipos de deficiência física, preservando a diversidade do grupo estudado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação constitui um elemento central na vida em sociedade, sendo fundamental para o desenvolvimento humano, a tomada de decisões conscientes e a plena participação cidadã. No entanto, o acesso equitativo à informação continua sendo um desafio significativo, especialmente para grupos socialmente minorizados, como as pessoas com deficiência física. Esta realidade evidencia uma lacuna entre os direitos garantidos por legislações nacionais e convenções internacionais e a efetivação prática desses direitos no cotidiano.

Embora haja avanços significativos em termos de reconhecimento legal do direito à informação para as pessoas com deficiência — como estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) —, persistem inúmeros obstáculos que limitam a vivência plena desses direitos. Barreiras arquitetônicas, tecnologias mal projetadas, ausência de conteúdos acessíveis e falta de capacitação dos profissionais da informação ainda configuram um cenário excludente, que demanda ações urgentes e eficazes.

As práticas informacionais das pessoas com deficiência física são atravessadas por múltiplas mediações. Muitas vezes, o acesso à informação depende da atuação de terceiros, como familiares, cuidadores ou profissionais da área, o que pode comprometer a autonomia e a privacidade. Além disso, o uso de tecnologias assistivas, embora amplamente reconhecidas como soluções importantes, ainda encontram barreiras quanto à disponibilidade, custos e compatibilidade com os ambientes digitais.

Compreender as práticas informacionais deste grupo é, portanto, essencial para a formulação de políticas públicas inclusivas e para o desenvolvimento de serviços informacionais mais sensíveis às necessidades da diversidade humana. Tal compreensão exige uma abordagem interdisciplinar, que envolva a Ciência da Informação, os estudos sobre deficiência, a sociologia, a educação e a Ciência da Computação, entre outras áreas.

Por fim, cabe destacar que o objetivo desta pesquisa que consistiu em averiguar como as práticas informacionais implicam na autonomia e participação social dos membros da Associação Baiana de Pessoas com Deficiência Física foi parcialmente alcançado, uma vez que as entrevistas juntos aos associados serão realizadas após a aprovação do projeto de pesquisa junto ao CEP. Acrescenta-se que os resultados preliminares em síntese sinalizam que é necessário também avançar no sentido de reconhecer que o acesso à informação não deve

depender somente da iniciativa das instituições ou da adaptação posterior de ambientes e conteúdos, ao contrário, a acessibilidade precisa ser pensada desde a concepção dos serviços e produtos informacionais, considerando as diversas formas de corporalidade e mobilidade existentes. Isso significa investir em formação continuada para os profissionais da informação, fomentar a pesquisa aplicada em acessibilidade e garantir a participação ativa das pessoas com deficiência física nos processos decisórios que impactam suas vidas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Os estudos em práticas informacionais no âmbito da ciência da informação. *In: ALVES, E. C. et al. (org.). Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa.* João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOTT, D. F. M. **Acesso à informação em ambiente web**: os arquivos públicos brasileiros de fato oferecem navegação acessível às pessoas com deficiência? Curitiba: Appris, 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, [s.l.], v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** New York, NY, 2009.

SAVOLAINEN, R. **Everyday information practices**: a social phenomenological perspective. Lanham: Scarecrow Press, 2008.

WELLICHAN, D. S. P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172-203, 2021.

WOBETO, Samara; BORELLI, Viviane. Acesso à comunicação e grupos minorizados: as pessoas com deficiência e as exclusões informacionais. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MEDIATIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS (MIDIATICOM)*, 7., 2025, [s.l.]. **Anais [...]**. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiaticom-resumos/article/view/1902>. Acesso em: 17 ago. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.